



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Exercício 2021.**

Unidade Gestora: 05101 – Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

### **1. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE**

O Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, CNPJ nº 13.166.970/0001-03, com sede na Capital e Jurisdição em todo o território do Estado, é o Órgão máximo do Poder Judiciário e compõe-se de treze (13) Desembargadores nomeados na forma da Constituição e das Leis, ocupantes de quatro Órgãos Julgadores distintos: Tribunal Pleno, Conselho da Magistratura, Câmara Cível e Câmara Criminal.

O Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe foi criado pela Constituição Estadual de 18 de maio de 1892, sob a denominação de Tribunal de Relação. Ao longo de sua história, tem contribuído com o processo de construção da cidadania do povo sergipano, promovendo uma prestação jurisdicional de forma célere, transparente e com qualidade.

### **2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

As demonstrações contábeis do setor público, aplicáveis a esta unidade gestora, referentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei complementar nº 101/00, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público - NBC TSP, e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e incluem:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais; e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas às demonstrações contábeis estão definidas abaixo:

#### **➤ Disponibilidades**

As disponibilidades (Caixa e Equivalente de Caixa) são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. Quando em moeda estrangeira, é realizada a conversão para moeda nacional à taxa de câmbio vigente a data do Balanço Patrimonial.

No tocante às aplicações financeiras de liquidez imediata, a mensuração ou avaliação levará em conta o valor original, atualizado até a data do Balanço Patrimonial.



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ **Créditos e Dívidas**

Os direitos a receber e as obrigações a pagar são mensurados ou avaliados pelo valor original, e quando em moeda estrangeira, os créditos e dívidas serão convertidos à taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial.

➤ **Estoques**

Os estoques são mensurados ou avaliados pelo custo de aquisição, que compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos não recuperáveis, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços, deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.

O valor evidenciado na demonstração refere-se ao valor contábil total em estoque e será reconhecido como despesa no momento em que for consumido

➤ **Imobilizado**

O ativo imobilizado é reconhecido com base no valor de aquisição, produção ou construção.

1 Na aquisição, o valor compreende o preço de compra, impostos de importação e outros tributos não recuperáveis, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio, mão de obra decorrente da aquisição, honorários profissionais e preparação do local, ou seja, gastos atribuíveis para a colocação do ativo no local e em condições de operação.

2 Na produção ou construção, o valor refere-se ao material e mão de obra diretamente empregados e os custos indiretos de produção ou construção.

No tocante aos ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o registro é efetuado pelo valor justo na data do recebimento, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimentos técnicos ou o valor patrimonial definido nos termos de doação.

Quanto aos gastos posteriores à aquisição do registro do ativo imobilizado, os mesmos são incorporados ao valor do ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço. No custo de reposição de parte do ativo, a incorporação ao valor do ativo se dá sempre quando haja uma melhoria ou adição complementar significativa.

Nas transferências de ativos recebidos pelo TJSE, o reconhecimento é pelo valor contábil líquido constante dos registros da entidade de origem.

➤ **Ativo Intangível**

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do TJSE e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou produção, e caso sejam obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimentos técnicos ou o valor patrimonial definido no termo de doação.



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ **Ajuste de Exercícios Anteriores**

Realiza-se o ajuste de exercícios anteriores quando, em exercícios passados, não tenha sido reconhecido um fato que reduz ou aumenta a situação patrimonial, conforme mensura o Regime da Competência. Assim, no exercício em apuração, a contabilidade deve registrar os fatos não reconhecidos no Patrimônio Líquido, na conta Ajuste de Exercícios Anteriores.

➤ **Depreciação e Amortização**

Está sendo realizada a Depreciação de bens Móveis em consonância com o MCASP, entretanto, a Depreciação dos bens Imóveis e a Amortização até o momento não foram implantadas no TJSE, contudo, o Órgão tem iniciado um trabalho para a fiscalização dos procedimentos contábeis patrimoniais.

➤ **Resultado do Exercício**

Registra os superávits ou déficits do exercício.

4. **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

➤ **Critérios para Elaboração**

O Balanço Orçamentário contempla o orçamento com suas alterações e a execução orçamentária, demonstrando as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme preconizado pela Lei nº 4.320/64.

Ele encontra-se estruturado de acordo com a Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 07, bem como com orientações da 8ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

No Balanço Orçamentário, as receitas foram evidenciadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; já as despesas foram demonstradas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e o saldo da dotação.

➤ **Alteração Orçamentária**

A Dotação Atualizada é composta da seguinte forma:

<b>ALTERAÇÕES DA DOTAÇÃO</b>	
<b>Título</b>	<b>Exercício 2021</b>
Dotação Inicial (I)	548.086.317,00
Crédito Suplementado por Superávit Financeiro (II)	8.800.000,00
Crédito Suplementado por Redução de Recursos em outros Órgãos (III)	6.000.000,00
Redução de Créditos (IV)	-22.169.500,04
Crédito Suplementado por Redução de Créditos (V)	22.169.500,04
<b>Dotação Atualizada (IV) = (I) + (II) + (III) + (IV) = (V)</b>	<b>562.886.317,00</b>



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ **Créditos Adicionais**

Por crédito adicional, entendem-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária.

Conforme o art. 41 da Lei nº 4.320/1964, os créditos adicionais são classificados em:

- I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

**Composição dos Créditos Adicionais:**

DECRETO	Créditos Suplementares	Recursos Utilizados		
		Superávit Financeiro	Redução de Verbas	Redução em outros Órgãos
211/2021	3.000.000,00	0,00	0,00	3.000.000,00
240/2021	3.000.000,00	0,00	0,00	3.000.000,00
397/2021	30.419.500,04	8.800.000,00	21.619.500,04	0,00
398/2021	550.000,00		550.000,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>36.969.500,04</b>	<b>8.800.000,00</b>	<b>22.169.500,04</b>	<b>6.000.000,00</b>

➤ **Receitas Orçamentárias**

O quadro a seguir apresenta as receitas orçamentárias previstas, atualizadas e efetivamente arrecadadas.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>548.086.317,00</b>	<b>548.086.317,00</b>	<b>555.313.243,82</b>	<b>7.226.926,82</b>
Receita Patrimonial	0,00	0,00	540.218,39	
Transferência Correntes	548.086.317,00	548.086.317,00	554.086.317,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	686.708,43	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>548.086.317,00</b>	<b>548.086.317,00</b>	<b>555.313.243,82</b>	<b>7.226.926,82</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>548.086.317,00</b>	<b>548.086.317,00</b>	<b>555.313.243,82</b>	<b>7.226.926,82</b>

- Houve um **Excesso de Arrecadação** de R\$ 7.226.926,82 (Previsão Atualizada - Receitas Realizadas).



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ **Despesas Orçamentárias**

O quadro a seguir apresenta as despesas orçamentárias desde a dotação inicial até o saldo excedente, considerando a dotação atualizada e as despesas empenhadas.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>Desp. Correntes</b>	<b>548.032.242,00</b>	<b>562.832.242,00</b>	<b>561.685.333,44</b>	<b>560.038.634,11</b>	<b>559.997.144,66</b>	<b>1.146.908,56</b>
Pessoal/enc. sociais	469.565.200,00	504.784.700,04	504.531.086,92	502.888.203,59	502.846.714,14	
Out. desp. correntes	78.467.042,00	58.047.541,96	57.154.246,52	57.150.430,52	57.150.430,52	
<b>Desp. de Capital</b>	<b>54.075,00</b>	<b>54.075,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>54.075,00</b>
Investimentos	54.075,00	54.075,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>548.086.317,00</b>	<b>562.886.317,00</b>	<b>561.685.333,44</b>	<b>560.038.634,11</b>	<b>559.997.144,66</b>	<b>1.200.983,56</b>

- Houve uma **Economia de Gastos** de R\$ 1.200.983,56 (Despesas Empenhadas - Dotação Atualizada);

➤ **Resultado Orçamentário**

- O **Resultado Orçamentário** corresponde a um **déficit** de **(R\$ 6.372.089,62)** (Receita Arrecadada - Despesas Empenhadas).

➤ **Execução de Restos a Pagar**

O total de Restos a Pagar perfaz em R\$ 1.688.188,78, sendo composto da seguinte forma:

EXERCÍCIO	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	ANULAÇÕES	LIQUIDAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	LIQUIDAÇÕES	PAGAMENTOS
			SALDOS NÃO PROCESSADOS			SALDOS PROCESSADOS
2020	17.445,78	0,00	17.445,78	63.936,11	17.445,78	81.381,89
			0,00			0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>17.445,78</b>	<b>0,00</b>	<b>17.445,78</b>	<b>63.936,11</b>	<b>17.445,78</b>	<b>81.381,89</b>
			<b>0,00</b>			<b>0,00</b>



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Valor inscrito de RPNP em 31/12/2021: R\$ 1.646.699,33;

- Valor inscrito de RPP em 31/12/2021: R\$ 41.489,45

## 5. BALANÇO FINANCEIRO

### ➤ Critérios para Elaboração

O Balanço Financeiro foi elaborado de acordo com o disposto no artigo 103 da Lei 4.320/64 cominado com as orientações contidas no MCASP e Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 06, demonstrando as receitas e as despesas orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

As receitas e despesas orçamentárias foram apresentadas por destinação de recursos (destinação vinculada e/ou destinação ordinária).

### ➤ Detalhamento das Receitas e Despesas por Fonte de Recursos

ESPECIFICAÇÃO	Fonte Recursos	Exercício Atual	
		Ingressos	Dispêndios
Ordinárias	101	555.313.243,82	561.685.333,44

Os ingressos são oriundos na maior parte por transferências correspondentes as parcelas do Duodécimo.

O saldo disponível proveniente do exercício anterior foi de R\$ 9.034.409,25 e a disponibilidade financeira transferida para o exercício seguinte foi de R\$ 4.250.516,27. Dessa conjugação apurou-se o resultado financeiro **negativo** de **(R\$ 4.783.892,98)**. Esse decréscimo no disponível desta Unidade Gestora foi aferido através da movimentação financeira demonstrada no Balanço Financeiro e da geração líquida de caixa e equivalentes apurada no Demonstrativo de Fluxo de Caixa.

Os recursos financeiros se encontram distribuídos nas **Contas Bancárias** relacionadas na tabela a seguir:

SALDO EM ESPÉCIE TRANSFERIDO PARA O EXERCÍCIO DE 2021					
Banco	Agência	Conta	Saldo Conta Corrente	Saldo Aplicação Financeira	Saldo Total
BANESE	34	400.550-2	11,23	240.535,24	240.546,47
BANESE	34	400.556-1	0,98	7.126,35	7.127,33
BANESE	34	400.671-1	28.388,18	1.735.049,12	1.763.437,30



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

BANESE	34	400.439-5	73,77	1.649.326,94	1.649.400,71
BANESE	34	400.459-0	57,60	21.823,01	21.880,61
BANESE	34	400.470-0	25,86	568.097,99	568.123,85
<b>TOTAL</b>			<b>28.557,62</b>	<b>4.221.958,65</b>	<b>4.250.516,27</b>

## 6. BALANÇO PATRIMONIAL E SUAS VARIAÇÕES

### ➤ Critérios para Elaboração do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais

O **Balanço Patrimonial** é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, bem como instruída pelas Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 04.

### ➤ Composição do Balanço Patrimonial

ATIVO					
ESPECIFICAÇÃO	2021	%	2020	%	VARIAÇÃO (2021 - 2020)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>4.539.160,91</b>	<b>6,31%</b>	<b>9.170.191,61</b>	<b>11,96%</b>	<b>-4.631.030,70</b>
Caixa	4.250.516,27	5,91%	9.034.409,25	11,78%	-4.783.892,98
Crédito a Receber	223.086,70	0,31%	66.441,38	0,09%	156.645,32
Estoques	65.557,94	0,09%	69.328,98	0,09%	-3.771,04
Variações Patrim. Aument. pagas antecipadamente	0,00	0,00%	12,00	0,00%	-12,00
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>67.412.335,94</b>	<b>93,69%</b>	<b>67.530.115,73</b>	<b>88,04%</b>	<b>-117.779,79</b>
Imobilizado	67.397.035,94	93,67%	67.514.815,73	88,02%	-117.779,79
Intangível	15.300,00	0,02%	15.300,00	0,02%	0,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>71.951.496,85</b>	<b>100,00%</b>	<b>76.700.307,34</b>	<b>100,00%</b>	<b>-4.748.810,49</b>

O **Ativo Circulante** encerrou o exercício de 2021 com o valor total de R\$ 4.539.160,91, sendo que R\$ 4.250.516,27 desse montante coube ao grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa”.



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O **Estoque** apresentou saldo de R\$ 65.557,94, não havendo divergência em relação ao demonstrativo do Balanço de Materiais apresentado pelo Divisão de Almoxarifado.

Os **Créditos de curto prazo** apresentaram um saldo de R\$ 65.557,94, sendo esses créditos representados em sua totalidade por direitos a receber por cessão de pessoal a outros Órgãos.

As **Variações Patrimoniais Aumentativa** pagas antecipadamente no valor de R\$ 12,00 foram baixadas em contrapartida à conta de Ajuste de Exercício Anteriores, tendo em vista ter apresentado um erro de integração das contas no sistema quando da sua incorporação, além de tratar de valor irrisório.

O **Ativo Imobilizado** (móveis e imóveis) monta em R\$ 67.397.035,94, o que representa 93,67% de todo o ativo, cujo total foi de R\$ 71.951.496,85. Segundo instruções do MCASP, o imobilizado foi apresentado pelo valor líquido, já descontado da depreciação e amortização acumuladas.

Quanto aos **Bens Imóveis**, cabe destacar os saldos e as seguintes alterações relevantes:

BENS IMÓVEIS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO ATUAL
		ADQUIRIDOS	DESINCORPORADOS	
EDIFÍCIOS	0,00	21.538.220,83	0,00	21.538.220,83
TERRENOS	609.409,12	0,00	0,00	609.409,12
OBRAS EM ANDAMENTO	16.540.999,64	0,00	16.540.999,64	0,00
INSTALAÇÕES	33.886.940,61	0,00	0,00	33.886.940,61
OUTROS BENS IMÓVEIS	450.960,86	0,00	450.960,86	0,00
DESPESAS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.546.260,33	0,00	4.546.260,33	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>56.034.570,56</b>	<b>21.538.220,83</b>	<b>21.538.220,83</b>	<b>56.034.570,56</b>

- **Obras em Andamentos:** foi realizado a transferência do saldo de R\$ 16.540.999,64 para conta de Edifícios, tendo em vista essas obras terem sido concluídas, tomando como base legal o Pronunciamento Técnico CPC 00 - Estrutura Conceitual para elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro, aprovado pela Deliberação CVM nº 675/2011, e a NBC TG Estrutura Conceitual, aprovada pela Resolução CFC nº 1.374 /2011, dispõem que, na aplicação dos Princípios de Contabilidade a situações concretas, a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais.

- **Outros Bens Imóveis:** foi reclassificado para Edifícios, já que os bens contidos têm a mesma natureza.

- **Despesas dos Exercícios Anteriores:** foi reclassificado para Edifícios, já que os bens contidos têm a mesma natureza.

- **Edifícios:** Teve um acréscimo em seu saldo de R\$ 21.538.220,83, composto da reclassificação dos saldos das Obras em Andamento, Outros Bens Imóveis e Despesas dos Exercícios Anteriores.

O **Total do Ativo** diminuiu em R\$ 4.748.810,49 entre o ano de 2021 e 2020.





ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PASSIVO					
ESPECIFICAÇÃO	2021	%	2020	%	VARIAÇÃO (2021 - 2020)
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>96.921,57</b>	<b>100,00%</b>	<b>137.978,48</b>	<b>100,00%</b>	<b>-41.056,91</b>
FORNECEDORES A PAGAR	41.489,45	42,81%	63.936,11	46,34%	-22.446,66
CAUÇÕES EM DINHEIRO	55.432,12	57,19%	74.042,37	53,66%	-18.610,25
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>
	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>96.921,57</b>	<b>100,00%</b>	<b>137.978,48</b>	<b>100,00%</b>	<b>-41.056,91</b>

O **Passivo Circulante** montou em R\$96.921,57, composto pelo valor dos Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 41.489,45 e Depósitos e Cauções em dinheiro no valor de R\$ 55.432,12. Não houve registros de obrigações exigíveis de longo prazo.

O **Total do Passivo** diminuiu em R\$ 41.056,91 entre o ano de 2021 e 2020.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL)			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	VARIAÇÃO (2021 - 2020)
1- PATRIMÔNIO SOCIAL	124.993.706,01	124.993.706,01	0,00
2 - RESULTADOS ACUMULADOS	-53.139.130,73	-48.431.377,15	-4.707.753,58
2.1-Superávit ou Déficit do Exercício	-4.707.741,58	2.631.291,74	-7.339.033,32
2.2-Superávit ou Déficit dos Exercícios Anteriores	-48.431.377,15	-51.062.668,89	2.631.291,74
2.3-Ajustes dos Exercícios Anteriores	-12,00	0,00	-12,00
<b>TOTAL DO PL</b>	<b>71.854.575,28</b>	<b>76.562.328,86</b>	<b>-4.707.753,58</b>

O **Patrimônio Líquido** foi R\$ 71.854.575,28, composto de R\$ 124.993.706,01 de Patrimônio Social e (R\$ 53.139.130,73) de Resultados Acumulados.

O **Total do Patrimônio Líquido** **diminuiu em (R\$ 4.707.753,58)** entre o ano de 2021 e 2020, sendo esse o valor composto pelo **Resultado Patrimonial no Exercício de 2021** que foi **negativo em (R\$ 4.707.741,58)** e **Ajustes de Exercícios Anteriores** que foi **negativo em (R\$ 12,00)**.

➤ **Resultado apurado na Demonstração dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes**

ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>4.250.516,27</b>	<b>9.034.409,25</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>1.743.620,90</b>	<b>155.424,26</b>
Caixa e Equiv. de Caixa	4.250.516,27	9.034.409,25	Restos a Pagar Processados	41.489,45	63.936,11
			Restos a Pagar Não Processados	1.646.699,33	17.445,78



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

			Depósitos e Cauções em dinheiro	55.432,12	74.042,37
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>67.700.980,58</b>	<b>67.665.898,09</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Créditos a Receber	223.086,70	66.441,38			
Estoque	65.557,94	69.328,98			
VPA pagas antecip.	0,00	12,00			
Imobilizado	67.397.035,94	67.514.815,73			
Intangível	15.300,00	15.300,00			
<b>TOTAL DO ATIVO (I)</b>	<b>71.951.496,85</b>	<b>76.700.307,34</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO (II)</b>	<b>1.743.620,90</b>	<b>155.424,26</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)</b>				<b>70.207.875,95</b>	<b>76.544.883,08</b>

O **Saldo Patrimonial** (Ativo - Passivo) representa um total de **R\$ 70.207.875,95**, cabe destacar que houve uma **redução** de **R\$ 6.337.007,13** referente ao exercício de 2020.

➤ **Superávit Financeiro**

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL  
PERÍODO DE DEZEMBRO/2021

FONTES DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
Ordinários		2.506.895,37	8.878.984,99
0101	TESOURO-RECURSOS ORDINÁRIOS	2.506.895,37	8.878.984,99
<b>TOTAL</b>		<b>2.506.895,37</b>	<b>8.878.984,99</b>

Conforme o Quadro do Superávit Financeiro (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro), anexo do Balanço Patrimonial, observa-se que esse apresentou **Superávit Financeiro** no valor de **R\$ 2.506.895,37**, sendo Fonte de Recursos para abertura de créditos adicionais. Porém, houve uma **redução** de **R\$ 6.372.089,62** referente ao exercício de 2020.

**- Composição do Superávit Financeiro**

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras			Insuficiência Financeira Verificada no Consórcio Público (f)	Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício) (g)=(a-(b+c+d+e)-f)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício (h)	Empenhos Não Liquidados Cancelados (não inscritos por insuficiência financeira)	Disponibilidade de Caixa Líquida (após a inscrição em restos a pagar não processados do exercício) (i)=(g-h)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercícios Anteriores (b)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos Do Exercício (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)						Demais Obrigações Financeiras (e)
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	4.250.516,27	0,00	41.489,45	0,00	55.432,12	0,00	4.153.594,70	1.646.699,33	0,00	2.506.895,37
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	4.250.516,27	0,00	41.489,45	0,00	55.432,12	0,00	4.153.594,70	1.646.699,33	0,00	2.506.895,37
0101-TESOURO-RECURSOS ORDINÁRIOS	4.250.516,27	0,00	41.489,45	0,00	55.432,12	0,00	4.153.594,70	1.646.699,33	0,00	2.506.895,37
00000-Livre	4.250.516,27	0,00	41.489,45	0,00	55.432,12	0,00	4.153.594,70	1.646.699,33	0,00	2.506.895,37

➤ **Dívida Flutuante**

Conforme determina o Art. 92 da Lei 4.320/64, a Dívida Flutuante compreende:

I - Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

II - Os serviços da dívida a pagar;

III - Os depósitos;

IV - Os débitos de tesouraria.

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE - Anexo 17 da Lei Nº 4.320/64  
PERÍODO DE DEZEMBRO/2021

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	63.936,11	58.935,23	81.381,89	41.489,45
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	63.936,11	58.935,23	81.381,89	41.489,45
<b>SUBTOTAL</b>	<b>63.936,11</b>	<b>58.935,23</b>	<b>81.381,89</b>	<b>41.489,45</b>
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	17.445,78	1.664.145,11	34.891,56	1.646.699,33
EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	17.445,78	1.664.145,11	34.891,56	1.646.699,33
<b>SUBTOTAL</b>	<b>17.445,78</b>	<b>1.664.145,11</b>	<b>34.891,56</b>	<b>1.646.699,33</b>
DEPÓSITOS	74.042,37	146.792.127,65	146.810.737,90	55.432,12
VALORES RESTITUÍVEIS	74.042,37	146.792.127,65	146.810.737,90	55.432,12
<b>SUBTOTAL</b>	<b>74.042,37</b>	<b>146.792.127,65</b>	<b>146.810.737,90</b>	<b>55.432,12</b>
<b>TOTAL</b>	<b>155.424,26</b>	<b>148.515.207,99</b>	<b>146.927.011,35</b>	<b>1.743.620,90</b>

O Saldo da Dívida Flutuante é R\$ 1.743.620,90, sendo superior em R\$ 1.588.196,64 referente ao exercício anterior.

➤ **Quadro das Contas de Compensação**

Este quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente.

Quadro das Contas de Compensação

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	Exercício Atual	Exercício Anterior	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	613.519,01	596.019,01	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.097,16	2.097,16
<b>TOTAL</b>	<b>613.519,01</b>	<b>596.019,01</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.097,16</b>	<b>2.097,16</b>

O saldo dos Atos Potenciais Ativos é de R\$ 613.519,01, sendo que em sua totalidade é representado por Apólices de Seguro-garantia dada por empresas prestadoras de serviços, conforme determina a Lei Nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 (Lei de Licitação).

O saldo dos Atos Potenciais Passivos é de R\$ 2.097,16, sendo que em sua totalidade é representado por Mandados Judiciais.

**Discriminação desses Atos Potenciais Ativos e Passivos:**



**ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Código	Descrição	Exercicio Anterior	Movimento do Exercício		Saldo Atual
			Devedor	Credor	
<b>7.0.0.0.0.00.00.00.00.00</b>	<b>CONTROLES DEVEDORES</b>	<b>9.632.525,42</b>	<b>555.335.339,38</b>	<b>23.205,81</b>	<b>564.944.658,99</b>
7.1.0.0.0.00.00.00.00.00	ATOS POTENCIAIS	598.116,17	17.500,00	0,00	615.616,17
7.1.1.0.0.00.00.00.00.00	ATOS POTENCIAIS ATIVOS	598.019,01	17.500,00	0,00	613.519,01
7.1.1.1.0.00.00.00.00.00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	598.019,01	17.500,00	0,00	613.519,01
7.1.1.1.1.00.00.00.00.00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS - CONSOLIDAÇÃO	598.019,01	17.500,00	0,00	613.519,01
7.1.1.1.1.01.00.00.00.00	GARANTIAS RECEBIDAS NO PAÍS	598.019,01	17.500,00	0,00	613.519,01
7.1.1.1.1.01.05.00.00.00	CAUÇÕES	598.019,01	17.500,00	0,00	613.519,01
7.1.1.1.1.01.05.01.00.00	CAUÇÕES - ORÇAMENTÁRIO	225.851,19	17.500,00	0,00	243.351,19
7.1.1.1.1.01.05.01.03.00	C 357 MULTISEG - RESERVA DE CAUÇÃO	4.958,00	0,00	0,00	4.958,00
7.1.1.1.1.01.05.01.12.00	C 453 RRC CONSTRUÇÕES LTDA - CAUÇÃO	37.590,76	0,00	0,00	37.590,76
7.1.1.1.1.01.05.01.17.00	C 529 MGM CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA - CAUÇÃO	1.625,31	0,00	0,00	1.625,31
7.1.1.1.1.01.05.01.18.00	C 533 EXECULT ENGENHARIA LTDA	4.324,75	0,00	0,00	4.324,75
7.1.1.1.1.01.05.01.19.00	C 565 LORD ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - CAUÇÃO	4.282,14	0,00	0,00	4.282,14
7.1.1.1.1.01.05.01.25.00	C 607 SAMPAIO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	3.413,85	0,00	0,00	3.413,85
7.1.1.1.1.01.05.01.41.00	C 811 HP ELETRICIDADE E CONSTRUÇÕES LTDA - CAUÇÃO	2.509,82	0,00	0,00	2.509,82
7.1.1.1.1.01.05.01.48.00	C 8133 HUMFRIL COMÉRCIO SERVIÇO LTDA. - EPP	41.500,00	0,00	0,00	41.500,00
7.1.1.1.1.01.05.01.49.00	C 8151 RESOURCE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA.	115.049,06	0,00	0,00	115.049,06
7.1.1.1.1.01.05.01.50.00	C 8172 AKBAR COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. EPP	10.597,50	0,00	0,00	10.597,50
7.1.1.1.1.01.05.01.51.00	C 13526 JBS VIAGENS E TURISMO LTDA- ME - CONTRATO Nº 01/2021	0,00	17.500,00	0,00	17.500,00
7.1.1.1.1.01.05.02.00.00	CAUÇÕES - FERD	370.167,82	0,00	0,00	370.167,82
7.1.1.1.1.01.05.02.85.00	C 8214 EDIFICAR ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - EPP - CONTRATO Nº 025/2018	36.543,20	0,00	0,00	36.543,20
7.1.1.1.1.01.05.02.86.00	C 8216 NGH CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP - CONTRATO Nº 71/2017	71.731,11	0,00	0,00	71.731,11
7.1.1.1.1.01.05.02.87.00	C 8218 CONSTRUTORA FCK LTDA - EPP - CONTRATO Nº 033/2018	15.174,00	0,00	0,00	15.174,00
7.1.1.1.1.01.05.02.88.00	C 8219 BEIRIZ PINTO CONSTRUÇÕES LTDA - CONTRATO Nº 035/2018	32.832,08	0,00	0,00	32.832,08
7.1.1.1.1.01.05.02.89.00	C 8220 PRS ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - EPP - CONTRATO Nº 049/2018	25.021,85	0,00	0,00	25.021,85
7.1.1.1.1.01.05.02.90.00	C 8221 EDIFICAR ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - CONTRATO Nº 46/2018	73.849,50	0,00	0,00	73.849,50
7.1.1.1.1.01.05.02.91.00	C 8222 EDIFICAR ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - EPP - CONTRATO Nº 037/2018	36.521,70	0,00	0,00	36.521,70
7.1.1.1.1.01.05.02.92.00	C 8223 TM CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI EPP - CONTRATO Nº 62/2018	67.991,19	0,00	0,00	67.991,19
7.1.1.1.1.01.05.02.93.00	C 8224 PRO EFICIÊNCIA COM E SERVIÇO DE EQUIP - CONTRATO Nº 64/2018	7.002,79	0,00	0,00	7.002,79
7.1.1.1.1.01.05.02.94.00	C 8225 CLOVES DA CONCEIÇÃO - ME - CONTRATO Nº 015/2018	3.500,40	0,00	0,00	3.500,40
7.1.2.0.0.00.00.00.00.00	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.097,16	0,00	0,00	2.097,16
7.1.2.9.0.00.00.00.00.00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.097,16	0,00	0,00	2.097,16
7.1.2.9.0.00.00.00.01.00	MANDADOS JUDICIAIS	2.097,16	0,00	0,00	2.097,16
7.1.2.9.0.00.00.00.01.01	C 385 NILDE DE AZEVEDO XAVIER	683,02	0,00	0,00	683,02
7.1.2.9.0.00.00.00.01.02	C 386 ALÓISIO ANDRADE DE SANTANA	1.414,14	0,00	0,00	1.414,14

➤ **Resultado Patrimonial do Exercício**

A Demonstração das Variações Patrimoniais foi elaborada de acordo com o artigo 104, da Lei nº 4.320/64, com estrutura orientada pela 8ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

e Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 05, tendo por escopo a evidenciação das alterações verificadas no patrimônio, resultantes e independentes da execução orçamentária, através da apuração do resultado patrimonial do período.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2021	2020
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	540.218,39	301.022,99
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	554.122.086,14	544.295.795,63
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	39.938,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	1.260,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.353.367,19	1.492.086,76
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>557.016.931,72</b>	<b>546.128.843,38</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2021	2020
PESSOAL E ENCARGOS	534.831.506,57	506.853.757,91
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	63.045,66	122.487,79
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	3.771,04	3.675,81
SERVIÇOS	25.154.561,12	34.428.692,65
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	154.808,93	256.428,44
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	49.292,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	662.298,31
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	4.017,92
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.966,54	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.510.013,44	1.116.900,81
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>	<b>561.724.673,30</b>	<b>543.497.551,64</b>

<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)</b>	<b>-4.707.741,58</b>	<b>2.631.291,74</b>
--	----------------------	---------------------

Através do confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas, chegou-se ao **Resultado Patrimonial do Exercício negativo** em **(R\$ 4.707.741,58)**, sendo inferior em R\$ 7.339.033,32 referente ao exercício anterior. Ressaltamos que o referido superávit se encontra devidamente registrado em Resultados Acumulados, no Balanço Patrimonial.

## 7. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

A Demonstração de Fluxo de Caixa foi apurada pelo método direto, de acordo com as orientações do MCASP e Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 08.



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O resultado líquido das **Atividades Operacionais** ficou negativo em (R\$ 4.783.892,98).

Não houve Fluxo de Caixa referente às **Atividades de Investimentos** nem de **Atividades de Financiamentos**.

A **Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa** ficou negativo em (R\$ 4.783.892,98).

O saldo relativo à Caixa e Equivalentes de Caixa **Final** de R\$ 4.250.516,27 é corresponde ao saldo total apresentados nos Extratos Bancários.

#### 8. CUMPRIMENTO DOS LIMITES DA LRF – Despesas de Pessoal


Segundo o artigo 20, inciso II, alínea “b”, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, na esfera estadual, a despesa total com pessoal (DTP) do Poder Judiciário não poderá exceder a 6% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado.


A fim de demonstrar o cumprimento dos limites legais estabelecidos, este Tribunal emitiu, ao final de cada quadrimestre do exercício em análise, o Relatório de Gestão Fiscal – ANEXO I, considerando o disposto no art. 54, inciso III e no art. 55, inciso I, alínea “a” da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na Portaria nº 286/2019 da STN, que aprovou a 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

Os percentuais apurados demonstraram que, em todos os quadrimestres de 2020, o limite máximo de 6% foi devidamente obedecido.

DESPESA COM PESSOAL			
Quadrimestre	Despesa Total com Pessoal - DTP	Receita Corrente Líquida - RCL	% DTP sobre RCL
1º	444.554.479,53	9.010.143.849,61	4,93 %
2º	466.110.711,72	9.271.709.484,13	5,03 %
3º	500.052.626,63	9.611.038.125,61	5,20 %

Aracaju/SE, 22 de Abril 2022.

  
Augusto Mendonça Conceição  
Diretor Financeiro  
CRC/SE nº 5320/SE

  
Samuel Freitas de Souza  
Chefe da Divisão de Contabilidade  
CRC/SE 6703/SE